
TURISMO RURAL DE BASE COMUNITÁRIA (TRBC): MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA – BA
COMMUNITY-BASED RURAL TOURISM (CBRT): PARTICIPATORY MAPPING OF TOURIST ATTRACTIONS IN THE COMMUNITY OF BOA ESPERANÇA - BA

Rafael Pereira Lima

Pós-Graduado do PPAGT / Universidade do Estado da Bahia – Campus XI / rafaelplima88@gmail.com

Ana Isabel Leite Oliveira

Docente do PPAGT/ Universidade do Estado da Bahia – Campus XI / ailoliveira@uneb.br

RESUMO

Palavras-Chave:

Turismo rural de base comunitária;
governança comunitária;
sustentabilidade;
mapeamento participativo.

O turismo é uma atividade desenvolvida desde as primeiras civilizações e pode-se dizer que evoluiu de modo paralelo ao crescimento econômico, atendendo a diversos segmentos. No entanto, o foco capitalista, voltado para o crescimento econômico, desencadeou questões socioculturais que demandaram a inserção das comunidades locais na sua gestão. De tal modo, o objetivo geral deste estudo foi o de propor um roteiro que dê suporte para o desenvolvimento do TRBC em Boa Esperança, situada no município de Oliveira dos Brejinhos-BA. Para tanto, utilizou-se o mapeamento participativo como método para a obtenção dos dados e informações, realizou-se levantamento de campo, inserção dos dados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica e elaboração de mapa pictórico. Assim, foram elaborados mapas dos atrativos naturais, culturais e de equipamentos turísticos, bem como houve o incentivo ao protagonismo dos moradores na proposição do plano de turismo a ser implementado, com base nos princípios da sustentabilidade e da governança comunitária, tendo em vista que o município foi inserido no Programa Federal de Regionalização do Turismo.

Keywords:

*Community-Based Rural Tourism;
community governance;
sustainability;
participatory mapping.*Chaves

ABSTRACT

Tourism is an activity that has been developed since the earliest civilizations, and it can be said that it has evolved parallel to economic growth, catering to various segments. However, capitalist focus, aimed at economic growth, has triggered

sociocultural issues that necessitated the involvement of local communities in its management. Thus, the general objective of this study was to propose an itinerary that supports the development of Community-Based Rural Tourism (CBRT) in Boa Esperança, located in the municipality of Oliveira dos Brejinhos, Bahia. To do so, participatory mapping was used as a method for data and information acquisition, field surveys were conducted, data were input into a Geographic Information System environment, and a pictorial map was developed. Maps of natural attractions, cultural sites, and tourist facilities were created, and encouragement was given to the residents' leadership in proposing the tourism plan to be implemented, based on the principles of sustainability and community governance, considering that the municipality was included in the Federal Tourism Regionalization Program.

1. Introdução

O deslocamento de pessoas em busca de manifestações religiosas, culturais e artísticas é um comportamento social verificado desde o Império Egípcio, datando do sec. VI a.C. Na Grécia, 2000 a.C., a busca de “curas de deuses” conferiu a esta a condição de principal destino turístico depois da construção de Athena e de várias pousadas que acolhiam os visitantes/turistas (RAMOS; COSTA, 2017).

A Revolução Industrial ocasionou nova propulsão ao turismo no séc. XIX, tanto na perspectiva econômica como de segmentação da demanda, ou seja, conforme tipo/perfil do turista. A expansão do capital financeiro exerceu influência sobre aspectos políticos, culturais e sociais, a exemplo do recebimento de salários, férias, avanços nos sistemas de transportes, aumento de padrão de vida da classe média que impulsionaram demandas de deslocamento humano. Assim, com a procura de viagens de um município para outro, de um Estado para outro e até entre países e/ou continentes, surgiu o primeiro agenciador de viagens, Thomas Cook, que percebeu essas transformações e começou a garantir a oferta de transporte, cobrindo a demanda de seus clientes (RAMOS; COSTA, 2017; FILHO, 2004).

Na concepção de Netto (2013), o turismo evoluiu de modo paralelo ao crescimento econômico, tomou forma e foi classificado em segmentos para cada necessidade humana de viajar, advinda da globalização e do capital. Para a economia capitalista a expansão dessa atividade se configurou um importante fator de crescimento (CABUGUEIRA, 2005). No entanto, também desencadeou problemas ao se desenvolver sob a priorização da obtenção de lucro, a exemplo da desigualdade social, marginalização de pessoas nativas, desvalorização da cultura

local, degradação ambiental (MELIANI, 2011). Os espaços decorrentes desses desdobramentos podem resultar no que o antropólogo Augé (2012) denomina de “não-lugar”, espaços socialmente criados, vistos por uns como objeto e para outros destituídos de genuínas relações historicamente constituídas.

De tal modo, devido a resultados de impactos negativos do turismo convencional, começou-se a pensar em um novo tipo de gestão, em governança comunitária, na década de 80 na América Latina, para o desenvolvimento do denominado Turismo de Base Comunitária – TBC. O seu surgimento pode ser atribuído a fatores como: a grande pressão do mercado do turismo, cuja a alta demanda volta-se para os segmentos do turismo cultural e turismo de natureza, com grande incentivo de Organizações não Governamentais (ONG), com proposta de elaboração de roteiros turísticos com vistas ao fortalecimento comunitário e proteção da biodiversidade; a busca da própria comunidade por uma alternativa de melhoria da renda; a capacidade da comunidade em superar e promover o empreendedorismo, para fortalecer a economia local; as estratégias para desenvolver o turismo com a preocupação de manter a identidade local (MALDONADO, 2009).

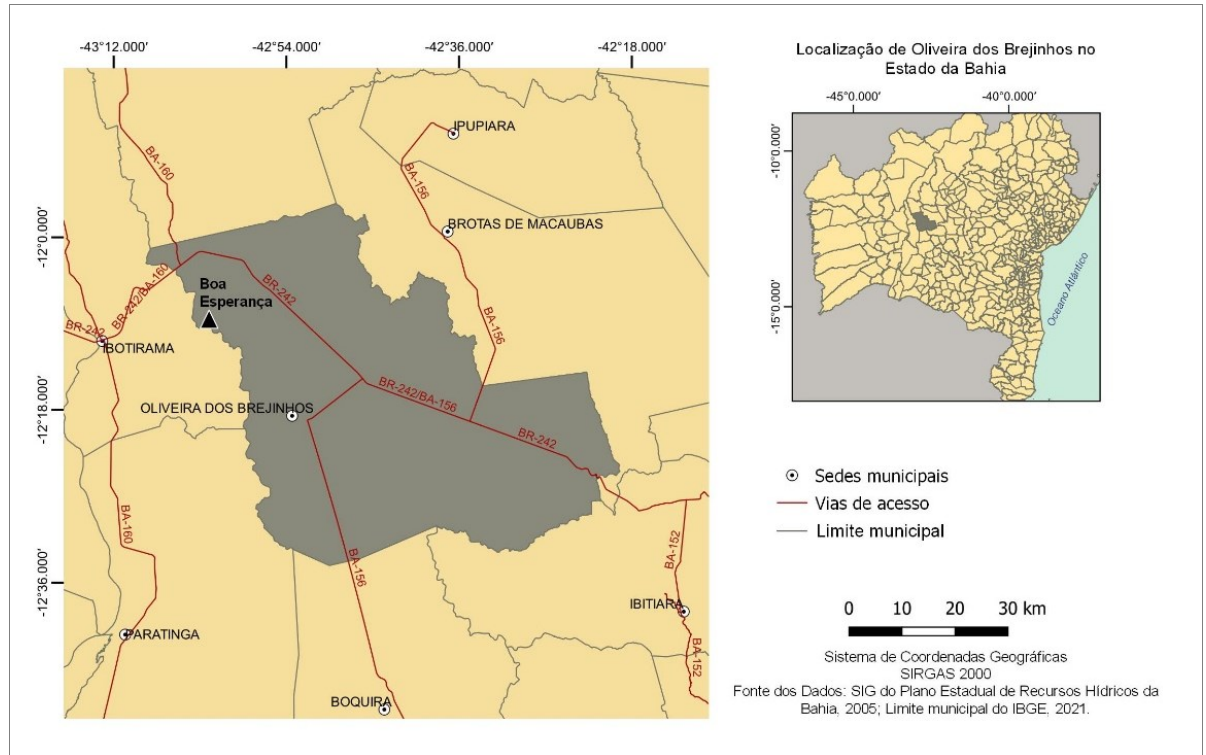
Assim, esse tipo de atividade turística para Lima e Anjos (2020) parte do princípio do seu desenvolvimento a partir da comunidade, principal agente e responsável por sua organização, voltando-se para a manutenção da identidade local, fomento a economia solidária e a menor degradação ambiental.

A perspectiva do TBC se ampara na necessidade de mudar o status quo do turismo convencional, ou seja, incorporar a participação coletiva. Na concepção de Medeiros (2009), Beni e Cury (2012), o território é marcado pela história de um povo, o qual tem relações de poder que desenvolvem, socializam, manifestam as suas existências, afirmando o pertencimento ao seu espaço cultural, político e econômico. Sobretudo, a afirmação de um lugar no qual há o reconhecimento dos seus costumes e saberes.

Ainda, de acordo com os referidos autores, para uma gestão territorial sustentável é recomendada a participação social de habitantes nativos. E, foi nessa perspectiva que a comunidade de Boa Esperança, localizada na zona rural do Município de Oliveira dos Brejinhos-BA (Figura 1) foi convidada a iniciar o protagonismo, inerente à governança comunitária, no

desenvolvimento do Turismo Rural de Base Comunitária (TRBC), a partir do mapeamento participativo, que pode contribuir para o desenvolvimento do turismo voltado para a preservação da identidade territorial e cultural.

Figura 1 - Mapa de localização de Boa Esperança no município de Oliveira dos Brejinhos – Estado da Bahia



Fonte: Os autores (2022).

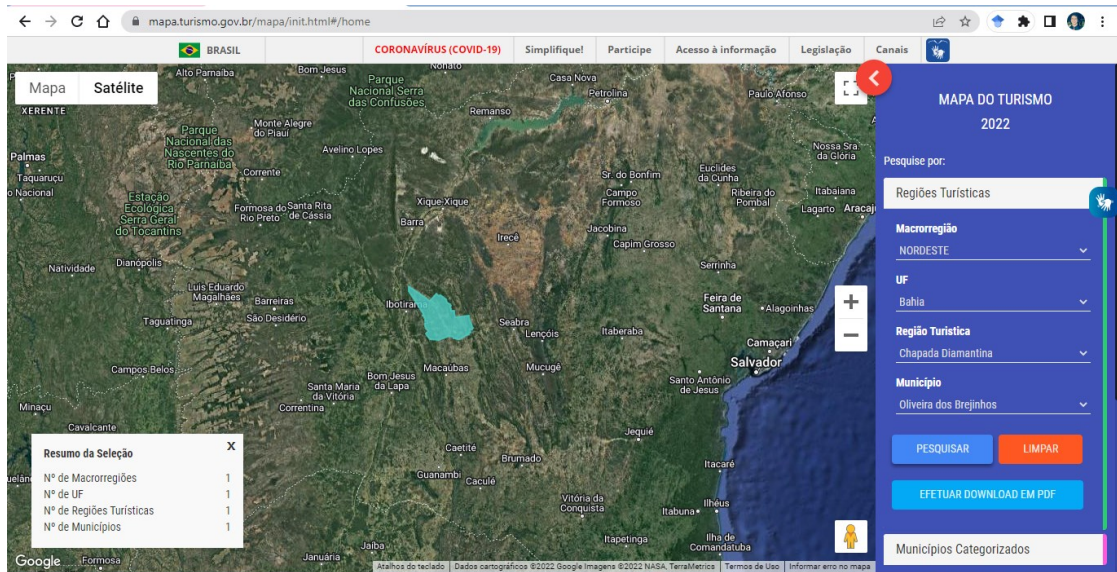
Oliveira dos Brejinhos situa-se no centro-oeste do estado baiano. A comunidade de Boa Esperança tem como acesso principal a BR 242 e a BA 156, encontra-se distante 34 Km da sede urbana de Oliveira de Brejinhos e 645 Km de Salvador, capital do Estado. Além de possuir potenciais turísticos em segmentos de atrativos naturais, também tem grandes potenciais no segmento do turismo rural, conhecido também como turismo de experiência (MALDONATO, 2009), para o qual pode oferecer a vivência do dia a dia campesina.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo foi o de propor um roteiro que dê suporte para o desenvolvimento do TRBC em Boa Esperança, situada no município de Oliveira dos Brejinhos-BA. Com tal finalidade, discutimos os princípios do TRBC na perspectiva da gestão

sustentável do território; realizamos o mapeamento participativo para a identificação dos atrativos e equipamentos turísticos potenciais; elaboramos roteiro, com base no mapeamento participativo; e, indicamos as principais dificuldades e possibilidades para o TRBC em Boa Esperança.

Destaca-se que o município começou a fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), sendo inserido no Mapa do Turismo em 2022 (BRASIL, 2022), o que poderá possibilitar a inclusão de políticas públicas para o desenvolvimento deste segmento pelo Ministério do Turismo (Figura 2). A PRT, tem como objetivo fortalecer os destinos turísticos e promover o desenvolvimento regional (BRASIL, 2017).

Figura 2 - Oliveira dos Brejinhos no Mapa do Turismo



Fonte: Ministério do Turismo (2022).

De acordo com o Plano Municipal de Turismo (OLIVEIRA DOS BREJINHOS, 2022), há grandes potenciais de áreas de visitasões de Sítios Rupestres. Foram catalogados 17 de 34 sítios indicados e descritos os tipos de grafismos e colorações (MOURA; NOLASCO; CARVALHO, 2003). Etchevame (2007), fez estudos das pinturas rupestres\grafismos na região da Chapada Diamantina registradas pelos povos pré-coloniais, as quais eram utilizadas como comunicações

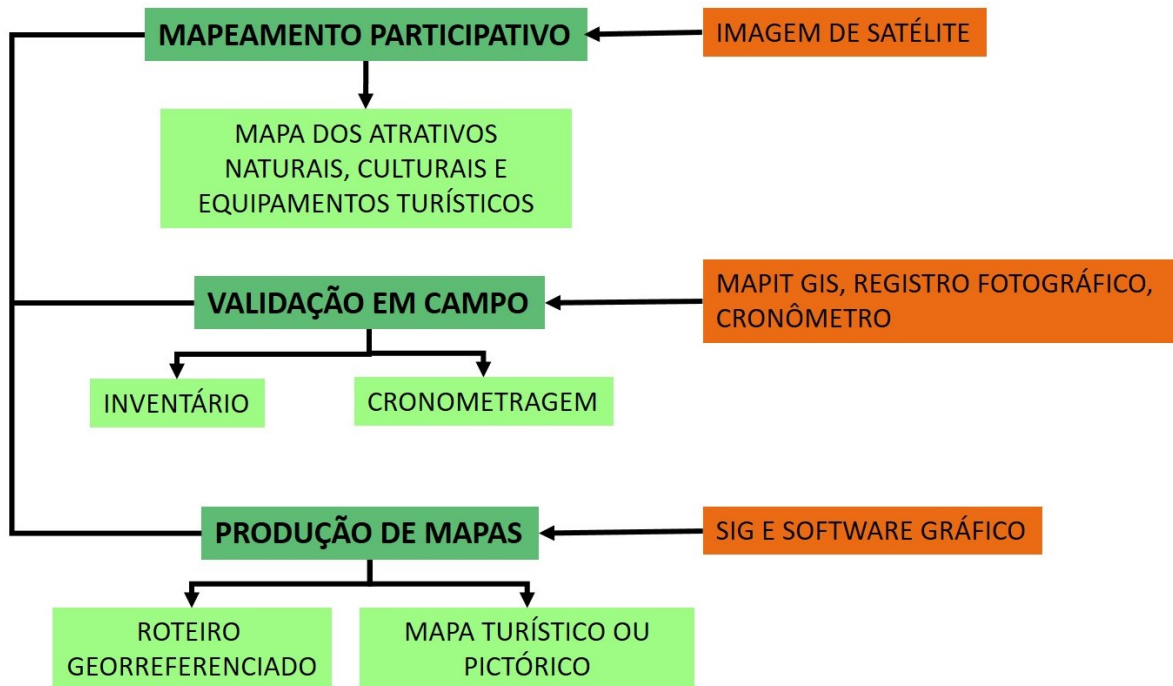
e registros de informações a respeito de fenômenos naturais, acontecimentos locais e transmissões de experiências. De tal modo, podem ser vistos como um potencial turístico de visitas e para segmentos do turismo pedagógico e científico.

Em virtude de primar por um modo de governança comunitária, um meio de gestão territorial sustentável que prioriza o gerenciamento coletivo, optou-se pela adoção do mapeamento participativo como método procedimental, por possibilitar visibilidade quanto ao conhecimento do espaço vivido e às necessidades dos habitantes locais, integração e fortalecimento social, bem como poder de escolha de atividades turísticas identificadas pelos próprios habitantes como possíveis de serem desenvolvidas, mediante o registro cartográfico. O mapeamento participativo atualmente é um dos métodos mais utilizados para promoção da descentralização de poder, pois propicia autonomia popular, sobretudo a valorização das ideias advinda da comunidade e preservação das suas características (CASTRO; FORTUNATO, 2014; KUNSCH, 2012).

2. Procedimento Metodológico

Partindo do princípio de que para alcançar o objetivo principal deste projeto o envolvimento da comunidade é elementar, o procedimento metodológico adotado foi o mapeamento participativo, o qual, na concepção de Acselrad (2010), não se refere apenas a retratar o espaço físico, mas, sobretudo, a um meio de afirmação de identidade territorial. Tal método proporciona o protagonismo daqueles que vivenciam o espaço e fortalece o pertencimento local (LOCH; WALKOWSKI, 2009), o que despertou o interesse em sua aplicação para a implementação de roteiros para atividade turística de base comunitária. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes etapas procedimentais (Figura 3):

Figura 3 – Etapas procedimentais



Fonte: Os autores (2022)

Três etapas foram estabelecidas: o mapeamento participativo, a validação em campo e a produção de mapas. Para o mapeamento participativo foi utilizada uma imagem de satélite obtida do Google Earth de abril de 2021 do Programa Copernicus, correspondente ao recorte espacial da comunidade de Boa Esperança, impressa em papel A4. Esta imagem serviu como base para os participantes traçarem os roteiros dos pontos potenciais para as atividades turísticas.

Com tal finalidade, dois encontros foram realizados, o primeiro em novembro de 2021 e o segundo em março de 2022, com a participação total de 18 habitantes, destacando-se que Boa Esperança possui aproximadamente 200 habitantes e encontrávamos em período de pandemia pela COVID-19. Em ambos os momentos apresentou-se, inicialmente, a finalidade do projeto, questões relacionadas ao TRBC, para em seguida orientar sobre alguns aspectos relacionados à leitura da imagem e mapeamento e realizar o mapeamento participativo.

Em uma segunda etapa, validou-se o mapa elaborado pela visitação em campo dos atrativos mapeados, com a participa o da comunidade. Os locais foram analisados quanto as suas potencialidades turísticas considerando-se a beleza c nica, o acesso e as experiências que podem proporcionar aos visitantes. As coordenadas foram adquiridas com o aplicativo Mapit Gis, realizou-se o registro fotográfico e as distâncias dos atrativos naturais, em rela o   Igreja situada no centro da comunidade, foram cronometradas. Com o mapa e sua valida o obteve-se um inventário, necessário para a elabora o de prognósticos que possibilitarão a defini o de a oes a serem fomentadas futuramente, conforme afirma Beni (2012).

Após essa etapa, os dados foram inseridos em ambiente de Sistema de Informa o Geográfica (SIG), pelo pesquisador, como uso do software QGis, para elabora o da proposta do roteiro turístico contendo os principais atrativos e equipamentos, coletivamente identificados, visando a importância de resultados georreferenciados para o planejamento e gestão territorial.

Ainda, com a finalidade de facilitar o reconhecimento dos elementos turísticos por parte dos visitantes, conforme afirmam Burda e Martinelli (2014), elaborou-se um mapa pictórico em um software gráfico. Tais mapas são importantes veículos de informa o sobre os tipos de atrativos, de divulga o/marketing, alcançam pessoas sem familiaridade com a linguagem cartográfica (FIORI, 2010).

3 Turismo Rural de Base Comunitária: governança comunitária para gestão sustentável do território

A prática do Turismo Rural (TR) tem seu início no sec. XX na Europa e nos Estados Unidos, e no Brasil na década de 1980. Esse segmento surgiu como meio de sociabilizar a integra o entre o urbano e o rural, bem como proporcionar a inser o socioecon mica, para minimizar a pobreza no campo e o fortalecimento da identidade local (BRASIL, 2010). Nele, as comunidades rurais se organizam com vista a estabelecer meios de proporcionar atividades para o turismo, fazendo adapta oes que possibilitem a presta o de serviços aos visitantes\turistas, com o maior conforto e acessibilidade.

Essa dinâmica se assenta na gestão sustentável do território, para promoção de desenvolvimento do turismo sustentável. Para tanto, existe a recomendação de princípios que priorizam a participação social para sustentar as ações que visam a redistribuição dos rendimentos, equidade econômica, manutenção do ecossistema e a redistribuição de poder (HANAI, 2012).

Na concepção de Dias (2008), a sustentabilidade no desenvolvimento turístico é, principalmente, a forma pela qual, a comunidade busca fortalecer seus aspectos sociais e econômico, bem como a preservação dos ecossistemas, sem prejudicar gerações futuras. Partindo desse entendimento, surge a necessidade de uma autogestão comunitária para compartilhar e desenvolver o turismo de maneira mais sustentável.

Deste modo, para a execução do segmento de turismo rural, com caráter de governança comunitária, é desejável que haja uma autogestão que defina os objetivos, o que será proposto no desenvolvimento da atividade, que tem como intuito, geralmente, oferecer troca de experiência, conhecimento intercultural e, principalmente, preservação patrimonial e cultural (MALDONADO, 2009; GRACIANO; HOLANDA, 2021).

A governança possui uma multiplicidade que não só abrange instituições governamentais, como também, outros atores que possuem os mesmos objetivos. No TRBC a governança é um meio de descentralização na tomada de decisão, principalmente, com a participação comunitária na elaboração e realização do plano de turismo intrínseco a localidade, bem como de facilitação na conciliação de conflitos de interesses (GRACIANO; HOLANDA, 2021).

Ao entender que é necessária a participação social na elaboração de um roteiro turístico comunitário, a governança comunitária pode repercutir na organização do TRBC, e por consequência, proporcionar o empoderamento comunitário na gestão do desenvolvimento turístico (IRVING, 2009). A participação social é um fator relevante para o fortalecimento cultural, identitário, econômico-solidário e de ações sustentáveis, a exemplo da preservação da biodiversidade pela proteção do patrimônio natural. A comunidade protagonista no desenvolvimento turístico é, sobretudo, a responsável pelo fortalecimento e mitigação de impactos ambientais provenientes do turismo predatório (LIMA; ANJOS, 2020; BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Um provável desdobramento é a consolidação da comunidade rural, a manutenção da sua identidade. Novas vivências podem ser proporcionadas pelos atrativos culturais, de modo que as atividades do turismo apoiem-se nas atividades agrícolas locais, mesmo que as famílias possuam pluriatividade, ou seja, que disponham de outras atividades econômica não agrícola, mas mantenham a conexão como o campo e seu meio de produção (SCHNEIDER, 2003), o que proporciona aos visitantes\turistas o turismo de experiência.

Nessa circunstância, as atividades agrícolas, bem como os costumes do dia a dia campesina e sua cultura, inserem-se em um contexto de troca de saberes com os visitantes/turistas. São trocas de conhecimento e vivência que fazem parte também de um aprendizado proporcionado para os que se dispõem em consumir esse tipo de serviço (BLANCO, 2009). A atividade turística é multifacetada em segmentações para aqueles que buscam novas experiências, sabores, saberes e não somente lazer, descanso e entretenimento.

Com isso, o turismo agrega um novo segmento econômico e solidário (CUNHA, 2014). Mediante a tendência de busca pelos aspectos naturais, orgânicos, singulares (BRASIL, 2010), bem como pelo distanciamento da rotina estressante, este espaço começa a deixar de ser visto, apenas, como ambiente agrícola e passa a ser considerado como um espaço de descanso/lazer. E, importante destacar que a inserção do turismo no meio rural, ao favorecer o surgimento de alternativas econômicas, pode minimizar a migração provocada pelo processo de reorganização dos territórios rurais pela expansão do agronegócio, e assim diminuir o êxodo rural.

Assim, o TRBC pode promover resgate sociocultural, preservação do patrimônio natural e arquitetônico e, também, proporcionar uma nova atividade econômica solidária. A inclusão social, a redução da pobreza, a gestão sustentável do território, são aspectos que estabelecem um importante marco diferencial em comparação as práticas do turismo tradicional, possíveis pela adoção de um modelo autogestionário, ou seja, de governança comunitária.

4 Resultados e discussão

Com o intuito de alcançar maior participação e contribuições mediante o olhar dos moradores de Boa Esperança, foram obtidos mapas de atrativos naturais, culturais e

equipamentos turísticos potenciais em duas oficinas, realizadas com diferentes grupos de moradores. Após o mapeamento foi realizada a visita em campo dos elementos mapeados para a sua validação, originando um inventário que também contemplou equipamentos urbanos, essenciais para a oferta de serviços ao visitante, como visto a seguir.

4.1 Elaboração do mapa participativo

A mobilização dos habitantes da comunidade, pelo convite direto, foi o primeiro passo para a produção do mapeamento participativo. A primeira oficina ocorreu em novembro de 2021, com a participação de seis moradores, e a segunda oficina em março de 2022, com a presença de doze moradores, estes últimos foram divididos em 3 subgrupos de 4 participantes. O mapa foi confeccionado manualmente (Quadro 1), em papel manteiga sobreposto a imagem de satélite impressa em papel tamanho A4, que serviu como base para identificação dos potenciais pontos turísticos naturais e culturais, bem como dos equipamentos turísticos.

Quadro 1- Mapeamento participativo





Fonte: Os autores (2022)

O mapa elaborado na primeira oficina foi exposto para os participantes da segunda oficina possibilitando ao grupo fazer análises, inserções e validação dos roteiros já indicados. Foram observadas a acessibilidade e a manutenção das trilhas como critério de permanência e exclusão das propostas no mapeamento anterior. Como consequência, o mapa elaborado na primeira oficina sofreu a redução de alguns pontos devido ao seu difícil acesso e por não haver pessoas com capacitação na construção de trilhas. Essa compreensão facilitou a indicação de um roteiro mais acessível, capaz de atender a maioria dos visitantes. Assim, quatro atrativos naturais e seus acessos foram mapeados: Riacho Branco, Gruta do Morcego, Pedra da Onça e Banho (Figura 4).

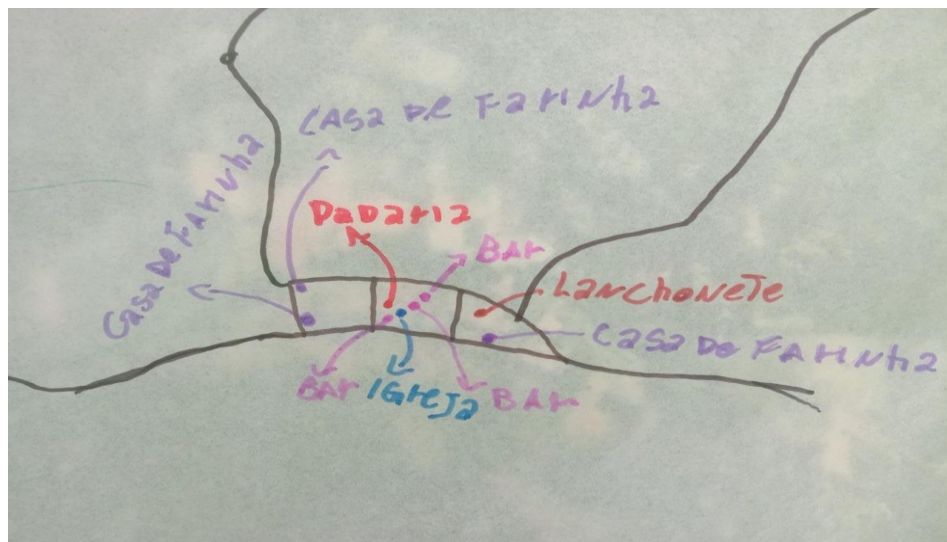
Figura 4- Mapa participativo dos atrativos turísticos naturais de Boa Esperança - BA



Fonte: Participantes do mapeamento participativo (2022).

Também foram mapeados atrativos culturais e equipamentos turísticos: casa de farinha, padaria, bar, lanchonete e igreja (Figura 5). Os moradores destacaram dois eventos anuais, sendo eles, a festa da Padroeira Nossa Senhora da Boa Esperança, comemorada no mês de agosto, e o Reisado, no mês de dezembro e janeiro, ambos organizados pela Igreja Nossa Senhora da Boa Esperança.

Figura 5- Mapa participativo dos atrativos culturais e equipamento turístico de Boa Esperança – BA



Fonte: Participantes do mapeamento participativo (2022)

No que se refere aos equipamentos locais, a comunidade conta com uma lanchonete, três bares-restaurantes e uma padaria comunitária. Esta última, apesar de ser um atrativo cultural, também pode ser considerada um equipamento local por ser um estabelecimento que oferece pães e doces como produtos.

Os mapas gerados refletem as relações dos moradores com o seu lugar de vivência, como o reconhecem, se apropriam, interagem e o valorizam. O envolvimento no levantamento dessas potencialidades, certamente, pode ser visto como um importante passo inicial para uma implicação maior, para que se sintam motivados a serem fomentadores/responsáveis principais pelas atividades turísticas a serem desenvolvidas.

4.2 Validação do mapa participativo em campo e inventário

Após a elaboração do mapa dos potenciais atrativos naturais, culturais e de equipamentos turísticos foi então organizada uma observação em campo, com a presença de 3 moradores que participaram do mapeamento. Como meio de registro foram realizadas anotações gerais e das distâncias dos atrativos naturais para deslocamento dos visitantes (Tabela 1), com a finalidade de facilitar a tomada de decisão sobre quais lugares visitar e adequar o seu tempo de visitação, como também foram fotografados os lugares e obtidas as coordenadas com o uso do Mapit Gis.

Tabela 1- Cronometragem das distâncias dos atrativos turísticos naturais

Atrativo turístico	KM
Banho de Boa Esperança	1,7
Riacho Branco	0,7
Gruta do Morcego	1,2
Pedra da Onça	3,5

Fonte: Os autores (2022)

Essa etapa foi muito importante para verificar in loco a viabilidade turística, considerando-se o acesso e beleza c nica dos atrativos naturais. Santos et al., (2011) ressalta a importância dessa verifica o em campo para a defini es estratégicas e implanta o dos roteiros turísticos.

Durante o processo de valida o foi inserida a área do buritizeiro, onde   feito o extrativismo do Buriti para a produ o de doces, considerando-se o seu potencial para o turismo de experiência. Necessário destacar que há diferentes formas de organiza o para a oferta de produtos locais. A produ o do doce de buriti   individual na comunidade, os mesmos que colhem o buriti são os mesmos que fazem os doces. Distinto da produ o da farinha e dos pães que são comunitariamente produzidos e divididos entre os produtores.

Também, observou-se a falta de locais para hospedagem, inclusive pelo fato desta ser uma pequena comunidade, o que limita a maior permanência do visitante\turista, tornando na

atualidade o local mais apto a visitação. Observa-se que com a implantação de um plano de turismo rural em Boa Esperança os próprios moradores podem oferecer meios de hospedagem. Além disso, verifica-se a existência de hotéis e pousadas, assim como bancos, farmácia, restaurantes, agências de turismo, na cidade de Oliveira dos Brejinhos, com descolamentos de cerca de 34 km.

Em decorrência do mapeamento e dos registro realizados durante a validação em campo, obteve-se um inventário, no qual constam os elementos identificados no mapeamento e em campo, e sua descrição. Do ponto de vista do inventário, Beni (2003) ressalta a importância de identificar os potenciais tanto dos atrativos turísticos quanto dos equipamentos turísticos que dão suporte na oferta dos produtos e serviços (Quadro 2), desse modo, pode-se identificar as necessidades e criar estratégias para saná-las.

Quadro 2 – Atrativo Turístico da comunidade de Boa Esperança – BA

	
<p>Riacho Branco Coordenada: 714183.00 E 8657893.00 S Zona: 23 L</p> <p>O percurso requer muito pouco esforço físico, com distância aproximada de 700 metros. Recomendada para crianças, adultos e idosos. O local tem uma beleza cênica natural de águas transparentes, piscina natural com profundidade de 1,25 metros.</p>	<p>Gruta do Morcego Coordenada: 712873.32 E 8657229.14 S Zona: 23 L</p> <p>O percurso requer muito esforço físico, possui elevação de 700 metros e obstáculos rochosos nas trilas, com distância de 1,2 km. Recomendada para adultos com o acompanhamento de um condutor local. A Gruta detém de uma beleza cênica natural com vistas panorâmica das formações das serras.</p>



Banho

Coordenada

712873.32 E

8657229.14 S

Zona: 23 L

O percurso requer um esforço físico médio, com distância de 1,7 km. Recomendada para crianças, adultos e idosos com acompanhamento de um condutor local. O Banho tem uma beleza cênica natural com cachoeiras de porte pequeno, médio e grande, bem como uma trilha de lajes de pedra e mirantes com vista para as serras que as circundam.



Pedra da Onça

Coordenada:

716836.56 E

8658853.69 S

Zona: 23 L

O percurso requer esforço físico médio, tem elevação de 886 metros, com distância de 3,5 km, a sua trilha tem passagem pelo buritizal, um local de mata fechada e riachos. Recomendada para jovens e adultos com o acompanhamento de um condutor local. O sítio rupestre detém de uma beleza cênica natural com marcações de desenhos que contam a história de nossos antepassados estampados na rochas.



Casa de Farinha

Coordenada:



Padaria Comunitária

Coordenada

<p>714168.49 E 8657239.92 S Zona: 23 L</p> <p>A cultura da produção de farinha na comunidade começou desde os primeiros assentados na década de 40. Sua produção concentra-se, principalmente, nos meses de junho e outubro, quando, acontece a colheita da mandioca. Toda a produção é comum, o dono da casa de farinha ceder o espaço, logo depois fazerem a partilha entre as raspadeiras, o ralador e o forneiro. Pode proporcionar enriquecedora experiência e aprendizado sobre a cultura dos antepassados e povos originários.</p>	<p>714196.82 E 8657178.56 S Zona: 23 L</p> <p>A padaria comunitária é algo novo na comunidade, e teve início em 2020 com a iniciativa de algumas mulheres. A organização começou a ser realizada no espaço de uma escola da comunidade, a qual teve o seu fechamento devido à pouca demanda de alunos. Hoje, a padaria produz pães e doces, vendidos na comunidade por um preço mais acessível.</p>
 <p>Igreja Nossa Senhora do Boa Esperança Coordenada: 714230.16 E 8657158.08 S Zona: 23 L</p> <p>Uma edificação construída por moradores da comunidade na década de 40, um patrimônio histórico com uma beleza que se assemelha com a arquitetura colonial. Nela são organizados os eventos religiosos da Nossa Senhora da Boa Esperança e os Reisados.</p>	 <p>Buritizeiro Coordenada: 715942.50 E 8658021.72 S Zona: 23 L</p> <p>O percurso requer muito pouco esforço físico, com tempo de caminhada de apenas 7 minutos. Recomendada para crianças, adultos e idosos. O local tem uma beleza cênica natural com mata densa, riachos que banham os buritizais. A colheita do buriti ocorre no tempo das chuvas, entre outubro e fevereiro. Após a colheita, que é feita de maneira individual, a comunidade produz</p>

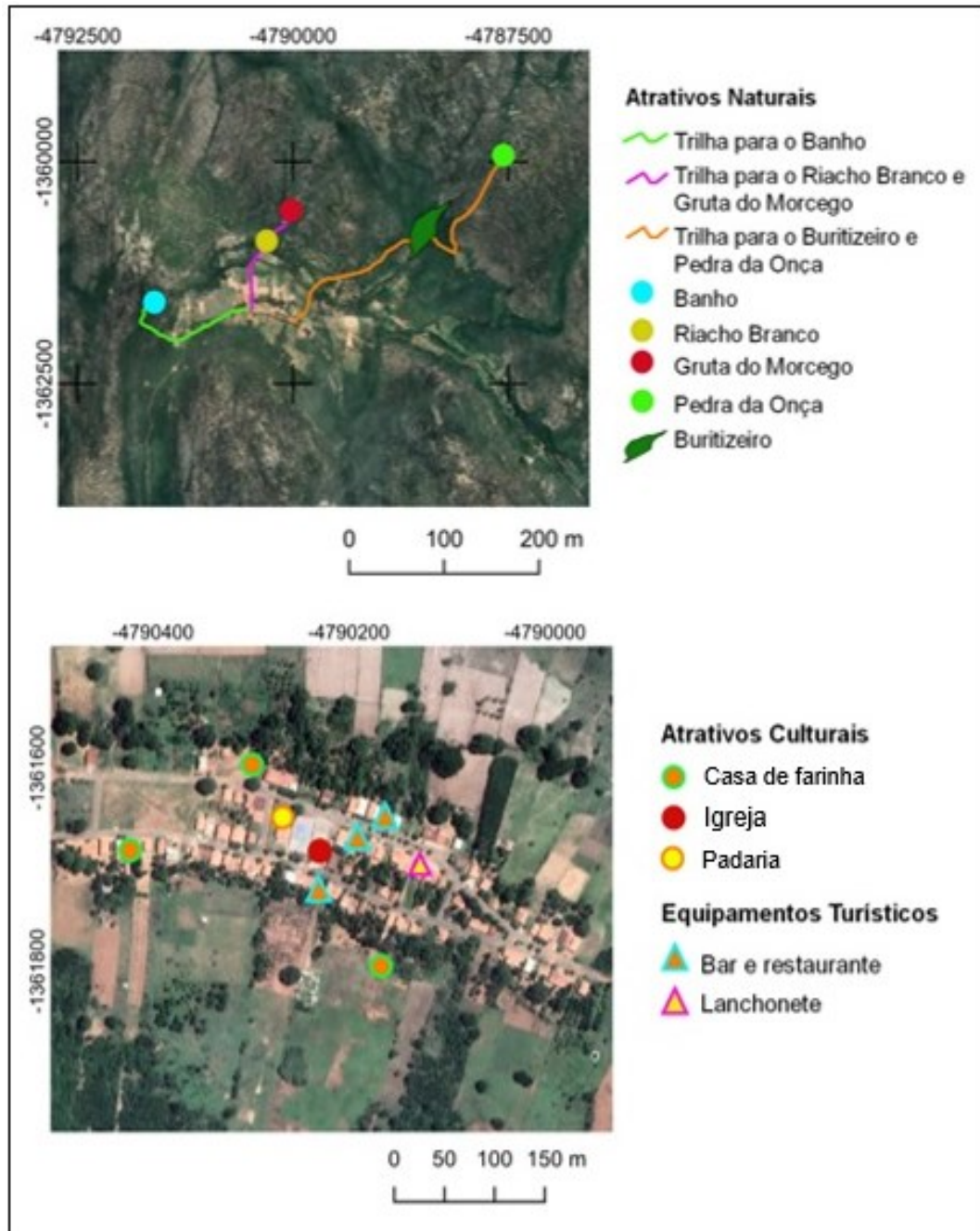
	doces, tanto para consumo próprio quanto para comercialização.
--	--

Fonte: Os autores (2022)

4.3 Inserção dos dados em Ambiente SIG

Depois do mapeamento participativo e sua validação foi realizada a inserção no SIG dos potenciais pontos turísticos e rotas, identificados pela comunidade, assim como dos dados coletados em campo (Figura 6). O SIG é uma ferramenta de suma importância no armazenamento de dados, organização, análise e visualização de dados espaciais, o que contribui para o planejamento e gestão do território e da própria atividade turística, podendo melhorar a sua logística e ampliar a oferta de serviços (SOUSA; FERNANDES, 2007; SCHMIDT et al., 2007).

Figura 6 – Carta imagem dos atrativos naturais, culturais e equipamentos turísticos



Fonte: Os autores (2022). Elaborado com imagem do Google Earth e dados obtidos no mapeamento participativo e levantamento de campo.

Tendo em vista contribuir com a leitura do mapa de maneira intuitiva, lúdica, para aproximação mais fácil e atrativa do turista com a linguagem cartográfica, foi elaborado o mapa pictórico (Figura 7). Esse tipo de mapa é muito utilizado na atividade turística por ter

características de cores mais vivas, desenhos que retratam a particularidade local e, sobretudo, propiciar uma leitura mais direta do mapa (BITENCOURT; DENARDI, 2019).

Figura 7 - Mapa turístico de Boa Esperança



Fonte: Os autores (2022)

Arte: Matheus Lima Araújo

Os mapas turísticos ilustrativos ou pictóricos tem como perspectiva atingir três aspectos fundamentais para a interpretação dos visitantes/turistas: o primeiro é o informativo, que possibilita a interpretação e administração do tempo e planejamento de cada visitação e lazer; o segundo é a forma de divulgação dessas atividades turísticas e locais de visitação, seja de modo impresso ou em plataformas digitais, como: redes sociais, site e divulgações orgânicas de pessoa para pessoa; o terceiro é a forma da elaboração do mapa de maneira que possibilita a interpretação por parte de pessoas leigas em cartografias com informações suficientes a compreensão de sua localização. (FIORI, 2010; BITENCOURT; DENARDI, 2019).

O intuito é promover o turismo na comunidade de maneira fluida, com informações que facilitem a chegada dos visitantes/turistas e que possibilitem a permanência dos mesmos, com atividade e cronogramas de visitas, experiências e lazer. Isso decorre não só da criação de mapas, mas também de símbolos (Quadro 3), que representam cada atividade turística de maneira mais ilustrativa, com facilidade interpretativa (FIORI, 2010).

Quadro 3 – Exemplo de pictograma informativo de atividade turística

 Turismo rural	 Cachoeira	 Turismo aquático	 Associação
 Hiking/Trekking	 Turismo religioso	 Visitação	 Esporte

Fonte: <https://icons8.com.br/> (2022)

Estes pictogramas podem ser impressos em placas de sinalização, o que possibilita melhor acesso aos atrativos turísticos. Para a fabrica o dessas placas existe uma Norma Brasileira específica, a NBR 14644, que específica a cor, o tamanho e a altura, a depender da localidade em que será instalada. Desse modo, facilita a localiza o dos atrativos turísticos com mais exatidão, ajuda também na organiza o e programa o de cada visitante (BRASIL, 2014).

Assim, compreende-se ser muito importante a organiza o por meio de informativos, não apenas mapas. A utiliza o de sinaliza es, fotografias, guia turísticos impressos, sites, bem com profissionais capacitados como guia de turismo ou até um condutor de turismo: pessoa que não possui forma o, mas, obteve um mínimo de treinamento com algum profissional da  rea. A prática do turismo necessita muito de comunica o, ferramentas que envolvam todo o tipo de promo o do local, em diversas plataformas comunicativas, pois o interessado em viajar, geralmente, primeiro procura conhecer o local antes de decidir se deslocar de sua cidade, ou seja, primeiro pesquisa os atrativos turísticos, depois as linhas de acesso e por último onde

ficar (NOVO; SILVA, 2010). Compreende-se que deve-se pensar a organização do destino do visitantes\turistas, em ação socialmente inclusiva e sustentável.

Diante dos levantamentos realizados pelo mapeamento participativo e do inventário obtido em campo no processo de validação dos possíveis atrativos turísticos a serem estruturados e organizados, bem como os equipamentos que servirão como apoio aos visitantes\turistas algumas dificuldades podem ser apontadas como a falta de capacitação para prestações de serviços e a não existência de hospedagem, o que configura a comunidade como local de visitação. Isso encurta a permanência do turista e, conseqüentemente, diminui a geração de renda proveniente do turismo. Como aspecto positivo, em função da proximidade dos atrativos com o centro da comunidade, passeios podem ser feitos à pé, de bicicleta ou por montaria.

Verificou-se que o turismo pode ser uma boa atividade a ser desenvolvida em Boa Esperança, com o envolvimento da comunidade local, divulgação e investimento. O TRBC coloca-se como uma alternativa econômica local já consolidada na Chapada Diamantina. Este trabalho serve como estímulo para a geração de mais conhecimento sobre os possíveis atrativos locais e contribui para pensar o turismo sustentável.

Boa Esperança pode enriquecer os roteiros turísticos já existentes na região. Em cada ponto identificado é possível explorar o valor educativo dos cenários e da cultura, destacar que a diversidade natural e cultural pode coexistir de forma harmônica com as atividades humanas e que precisam de preservação, ao mesmo tempo que podem proporcionar lazer e troca de saberes.

Para tanto, alguns dos desafios que se colocam abrangem: a capacitação da comunidade para empreender de modo individual e coletivo e assim concorrer para a oferta de produtos e serviços, contribuindo para o emprego e renda, bem como para a autogestão do turismo local; fortalecer as ações públicas e privadas necessárias para propiciarem as condições infraestruturais para o desenvolvimento do turismo na comunidade; promover a educação ambiental e formar agentes comunitários que atuem como guias e educadores, tendo em vista a preservação do patrimônio natural e cultural; promover ampla divulgação para que ocorra a inserção da comunidade na rota turística da Chapada Diamantina; acompanhar as atividades turísticas, com vista a avaliação do desempenho e implementação de melhorias.

Cursos, oficinas, seminários podem ser ofertados para os moradores, assim como a formação de uma equipe técnica para suporte da gestão comunitária, pelo menos no período inicial da implementação, se faz necessária. Com o auxílio dos gestores públicos e engajamento comunitário é possível melhorar as atuais condições de vida da comunidade e das futuras gerações.

5 Considerações finais

Em Boa Esperança, comunidade de Oliveira dos Brejinhos-BA, a iniciativa de elaborar uma proposta participativa de roteiro turístico, vislumbrando a governança comunitária, potencializa e agrega o município como possível destino turístico. Principalmente quando se trata de políticas públicas, facilita na prospecção de recursos públicos para a melhoria da infraestrutura, tais como, sistema de transportes, comunicações, serviços públicos (saneamento básico, saúde e estradas acessíveis), necessários para o desenvolvimento social e da atividade turística.

Para além disso, o fomento a implicação comunitária coloca-se em estágio embrionário com esta pesquisa. Os moradores de Boa Esperança foram convidados ao protagonismo para a implantação desta atividade. Isto abre possibilidades de descentralização do turismo regional, ressalta as potencialidades culturais, além dos naturais, com o propósito de manutenção das condições ambientais e identitárias, de alternativas de atividades econômicas para seus habitantes. Vislumbra-se o desenvolvimento sustentável do turismo local, cuja proposta pode ser vista como referência para iniciativas semelhantes em outros municípios.

Assim, junto com a comunidade foram pensadas possibilidades de atrativos turísticos que agregam às belezas cênicas o turismo de experiência, que envolve o conhecimento e a participação dos costumes e vivência da comunidade. À visita a cachoeiras, formações geomorfológicas, campos rupestres já tão difundidas na região da Chapada Diamantina, oportuniza-se ao turista a vivência da produção de farinha, de pães, de doce e, em datas oportunas, das suas festividades.

Isto posto, a participação da comunidade no mapeamento participativo voltado para a atividade turística foi de suma importância para representar o olhar daqueles que mais conhecem o espaço visando a promoção do turismo local e para despertar, desde então, o interesse dos habitantes por essa atividade com atitude protagonista. Mesmo diante das dificuldades encontradas quanto à adesão mais ampla a este projeto, o que se deve, sobretudo, às limitações ainda impostas pelo contexto da pandemia da COVID-19.

Com base nos resultados obtidos a partir dos procedimentos realizados sugere-se a organização da comunidade para participação no planejamento e gestão das atividades turísticas; a ampliação do diálogo entre o poder público e a comunidade, com a perspectiva de prospecção de apoio das entidades públicas ao atendimento das necessidades geradas para início, execução e manutenção do plano de turismo de Boa Esperança.

Referências

AUGÉ, M. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9 ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. **Manual de Sinalização de Trânsito**, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual_vol_iii_2.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**, 2017. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=107. Acessado em :05 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos – 1ª edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. 44p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**, 2022. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 17 maio 2022.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BENI, M. C.; CURY, M. J. F. Base territoriais e redes do cluster de turismo. *In*: BENI, Mário Carlos. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

BENI, M.C. Clusters de turismo. *In*: BENI, M. C. **TURISMO: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

BITENCOURT, V. de S.; DENARDI, D. F. do A. **O Design Aplicado no Desenvolvimento de Um Mapa**. Infográfico Ilustrado Turístico do Município de Jaguaruna, SC: SATC, 2019. Disponível em: <http://repositorio.satc.edu.br/handle/satc/356>. Acesso em: 11 maio 2022.

BLANCO, E. S. Turismo rural em áreas agrícolas familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. *In*: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. G. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letras e Imagens, 2009.

BURDA, N. A.; MARTINELLI, M. Cartografia do Turismo: a elaboração de roteiros turísticos do patrimônio cultural da Lapa (PR). **Revista Geografias**, [S. l.], p. 24–40, 2014. DOI: 10.35699/2237-549X.13372. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13372>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. G. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letras e Imagens, 2009.

CABUGUEIRA, A. A importância económica do Turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. Aveiro, Portugal, n. 04, p. 97-104, jan. 2005. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i4.13885>. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13885>. Acesso em: 01 ago. 2022.

CASTRO, C. M. de; FORTUNATO, Rafael Ângelo. Redes Populares de Turismo e Experiências de Mapeamento Participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ). **Revista Continentes**: Rio de Janeiro-RJ, ano 3, n.5, 2014.

CUNHA, A. M. Turismo rural de base comunitária em Santo Antônio da Patrulha (RS). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 7, n. 4, 2014. DOI:

10.34024/rbecotur.2014.v7.6253. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6253>. Acesso em: 23 jul. 2022

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008

ETCHEVAME, C. **Escrito na pedra**: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia. Tradução: Sabrina Gledhill. Rio de Janeiro: Versal, 2007.

FILHO, J. dos S. Thomas Cook: Marco da Historiografia Dominante no Turismo: Ensaio sociológico sobre o surgimento e preconceito ao fenômeno turístico na história. *In*: II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2004, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**, Rio Grande do Sul: UCS- Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/39-thomas-cook.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FIORI, S. R. Cartográfica e as Dimensões do Lazer e Turismo: o potencial dos tipos de representação cartográfica. **Revista Brasileira de Cartografia**, Uberlândia-MG, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/43688/22952>. Acesso em: 13 ago. 2022

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. de. Governança de turismo de base comunitária e estudo dos entraves para a consolidação de duas comunidades em Recife (Pernambuco, Brasil) sob a luz do Modelo de Análise da Governança. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 367-388, 2021. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v32i2p367-388. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/183742>. Acesso em: 12 jul. 2022.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, p. 198-231, 2012.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANZOLO, D. G. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letras e Imagens, 2009.

KUNSCH, M. M. K Relações públicas comunitárias nos processos de gestão das atividades turísticas. *In*: BENI, M. C. **TURISMO**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.

LIMA, R. P.; ANJOS, L. J. **Turismo de Base Comunitária**: uma alternativa de segmento turístico sustentável de Serra Grande - Uruçuca-BA. **RELAEC**: Espírito Santos, v. 01, p. 05-17, 2020.

LOCH, C.; WALKOWSKI, M. da C. O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner/SC. São Paulo: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** v. 3, n. 1, p. 46-67, abr. 2009.

MALDONADO, C O Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. G. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letras e Imagens, 2009.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio Sposito; Eliseu Savério **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MELIANI, P. F. Turismo, urbanização e produção de espaços de exclusão em Itacaré, Bahia. **Cultur**, Ilhéus, v. 5 n. 2, p. 125 – 142, ago. 2011.

MOURA, A. R. C; NOLASCO, M. C; CARVALHO, H. D. S. de. Sítios Rupestres de Oliveira dos Brejinhos – Notícia de 17 Novas Áreas. **Anais... II Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário II Congresso do Quaternário dos Países de Língua Ibéricas**, Fortaleza-CE, 2003.

OLIVEIRA DOS BREJINHOS (Município). SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO (SEMAT). **Plano Municipal de Turismo Sustentável: Oliveira dos Brejinhos BA, 2022**. Disponível em: <https://www.procedebahia.com.br/oliveiradosbrejinhos/publicacoes/Diario%20Oficial%20-%20PREFEITURA%20MUNICIPAL%20DE%20OLIVEIRA%20DOS%20BREJINHOS%20-%20Ed%20819.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.

NETTO, A. P. **O que é turismo**. São Paulo-SP: Editora e Livraria Brasiliense, 2013.

NOVO, C. B. M. C.; SILVA, G. T. da. **Planejamento e Organização do Turismo**. Manaus-AM: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

RAMOS, D. M.; COSTA, C. M.. Turismo: tendências de evolução. **PRACS: Macapá**, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017 Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SANTOS, B. P. C.; DONATO, C. F.; SILVA, R. A. M. Diagnóstico e georreferenciamento da área do Lajeiro do Cadena (PA): requisitos para o desenvolvimento do Ecoturismo na região. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 516.

SCHMIDT, K. R.; RAMOS, M. da G. G.; SANTOS, N. N. da S. Sistema de Informação Geográfico (SIG) dos Serviços Turísticos do Centro de Pelotas-Rs: **Anais... XVI Congresso de Iniciação Científica: pesquisa e responsabilidade ambiental**. UFPel, Pelotas-RS, 2007.

SCHNEIDER, S. A **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOUSA, P. R.; FERNANDES, S. B. Aplicação dos sistemas de informação geográfica no turismo. **Finisterra**, Portugal, [S. l.], v. 42, n. 84, 2007. DOI: 10.18055/Finis1429. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1429>. Acesso em: 26 abr. 2022.